

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Heloísa Ferreira Quaresma

Doutoranda em educação Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.
<https://orcid.org/0009-0008-5615-2771>
E-mail: heloisaquaresma01@gmail.com

Isaac da Silva Caldas

Doutorando em educação Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.
<http://lattes.cnpq.br/7414993988084361>
<https://orcid.org/0009-0000-1808-8387>
E-mail: isaacareiao17@gmail.com

Maria das Dores Martins de Oliveira

Doutoranda em educação Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6670-0077>
E-mail: m.martinsoliveira@escola.seduc.pa.gov.br

Maria Barbara da Costa Cardoso

Professora Doutora e Orientadora. Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS. Doutora em Educação (UFPA). Mestra em Educação (UFPA). Coordenadora do Ensino Fundamental SEMEC/Abaetetuba.
<https://orcid.org/0000-0003-4184-1052>
E-mail: barbara.costa@csfx.org.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1-113>

RESUMO: A discussão sobre inclusão na educação básica está ligada ao esforço de garantir que todos os estudantes tenham acesso à escola, participem das atividades e consigam aprender de fato. A presença de diferentes trajetórias, experiências culturais e ritmos de aprendizagem nas salas de aula torna evidente que o trabalho pedagógico precisa considerar essa diversidade. No entanto, transformar a inclusão em prática cotidiana ainda não é simples. Muitas escolas enfrentam dificuldades relacionadas à formação de professores, à falta de recursos pedagógicos e a condições estruturais que, em certos casos, acabam limitando a participação de alguns estudantes. Nesse cenário, as tecnologias digitais têm aparecido como possibilidades de apoio ao processo educativo. Plataformas digitais, aplicativos educativos, vídeos, materiais multimídia e tecnologias assistivas ampliam as formas de acesso à informação e permitem trabalhar os conteúdos por diferentes linguagens. Quando utilizadas com planejamento e intenção pedagógica, essas ferramentas podem contribuir para aulas mais dinâmicas e participativas. Assim, o uso consciente das tecnologias digitais pode colaborar para ampliar oportunidades de aprendizagem e fortalecer práticas educativas voltadas para a inclusão na educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva; Tecnologias digitais; Educação básica; Práticas pedagógicas; Acessibilidade educacional.

INCLUSION IN BASIC EDUCATION: CONTRIBUTIONS OF DIGITAL TECHNOLOGIES

ABSTRACT: The discussion about inclusion in basic education is related to the effort to ensure that all students have access to school, participate in educational activities, and effectively learn. The presence of different life trajectories, cultural experiences, and learning rhythms in classrooms highlights the need for pedagogical practices that take this diversity into account. However, turning inclusion into everyday practice in schools is still a challenge. Many institutions face difficulties related to teacher training, lack of pedagogical resources, and structural limitations that may restrict the participation of some students. In this context, digital technologies have emerged as important tools to support the educational process. Digital platforms, educational applications, videos, multimedia materials, and assistive technologies expand access to information and allow content to be presented through different forms of language. When used with proper planning and pedagogical intention, these tools can contribute to more dynamic and participatory learning environments. Thus, the thoughtful use of digital technologies can help expand learning opportunities and strengthen inclusive educational practices in basic education.

KEYWORDS: Inclusive education; Digital technologies; Basic education; Pedagogical practices; Educational accessibility.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a inclusão passou a ocupar um espaço cada vez mais visível nas discussões sobre educação, sobretudo quando se pensa na realidade da educação básica. A ideia de que a escola precisa atender a todos não é exatamente nova, mas ganhou novos contornos à medida que as diferenças entre os estudantes se tornaram mais evidentes no cotidiano escolar. Falar em inclusão, nesse sentido, não significa apenas permitir que o aluno esteja fisicamente na escola. Vai além. Envolve criar condições reais para que ele participe, aprenda, interaja e se desenvolva. Isso exige olhar para a escola como um espaço diverso, atravessado por histórias de vida, contextos sociais e ritmos de aprendizagem distintos.

Quando se observa o campo das políticas educacionais, percebe-se que houve avanços importantes no reconhecimento do direito à educação inclusiva. No papel, muitos princípios já estão consolidados. No entanto, quando se desce para o chão da escola, a realidade costuma ser mais complexa. Professores muitas vezes enfrentam falta de formação específica, escassez de materiais pedagógicos e estruturas que nem sempre favorecem práticas mais inclusivas. Soma-se a isso o fato de que cada turma reúne estudantes com trajetórias muito diferentes entre si, o que torna o trabalho pedagógico

um desafio constante e, ao mesmo tempo, um exercício permanente de adaptação e criatividade.

É nesse contexto que as tecnologias digitais começam a aparecer com mais frequência nas discussões educacionais. Computadores, aplicativos, plataformas e diferentes recursos digitais têm sido apontados como possibilidades de ampliar o acesso à informação e diversificar formas de ensinar e aprender. Quando bem utilizados, esses recursos podem abrir caminhos interessantes: ajudam a flexibilizar atividades, favorecem diferentes linguagens e, em alguns casos, contribuem para diminuir barreiras que historicamente limitaram a participação de determinados estudantes na escola.

Partindo dessas questões, este artigo busca refletir sobre como as tecnologias digitais podem colaborar com os processos de inclusão na educação básica. Mais do que tratar a tecnologia como solução automática para os desafios educacionais, a proposta é compreender de que maneira esses recursos podem apoiar práticas pedagógicas mais abertas à diversidade. Assim, a discussão se volta para as relações entre inclusão, ensino básico e uso de tecnologias, procurando apontar tanto suas potencialidades quanto os limites que ainda atravessam o cotidiano das práticas educativas.

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA E O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Nos debates educacionais mais recentes, a ideia de educação inclusiva passou a ocupar um lugar bastante central, especialmente quando se fala da educação básica. Trata-se de um princípio que parte de algo aparentemente simples, mas cheio de implicações: a escola deve ser um espaço para todos. Isso significa garantir não apenas a matrícula ou o acesso inicial, mas também condições reais para que os estudantes permaneçam, aprendam e se desenvolvam ao longo de sua trajetória escolar. Nesse cenário, as diferenças deixam de ser vistas como problema e passam a ser compreendidas como parte da própria dinâmica do processo educativo. Assim, pensar a inclusão implica olhar para as práticas pedagógicas e reconhecer que os estudantes chegam à escola com histórias, culturas e formas de aprender bastante diversas.

Quando o tema é trazido para a realidade concreta da educação básica, a discussão ganha outras camadas. Falar em inclusão também exige considerar as condições materiais

e institucionais em que as escolas funcionam. Nem sempre há infraestrutura adequada, recursos pedagógicos suficientes ou formação específica para que os professores consigam responder à diversidade presente nas salas de aula. Muitas vezes, o desafio aparece no cotidiano: turmas heterogêneas, diferentes ritmos de aprendizagem, necessidades específicas que pedem estratégias variadas de ensino. Tudo isso mostra que a inclusão não se resolve apenas por meio de leis ou diretrizes. Ela depende, em grande medida, de transformações nas práticas educativas, na organização do trabalho escolar e nas formas como o ensino é planejado.

É nesse ponto que a discussão sobre tecnologias digitais começa a ganhar força dentro do campo educacional. Nos últimos anos, diferentes recursos digitais passaram a integrar o ambiente escolar, abrindo novas possibilidades de acesso à informação e de participação nas atividades pedagógicas. Plataformas, aplicativos, ambientes virtuais e outros dispositivos podem ampliar as formas de ensinar e aprender, permitindo que os conteúdos sejam trabalhados por diferentes linguagens. Em muitos casos, esses recursos também ajudam a apoiar estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas. Pesquisas indicam que as tecnologias digitais educacionais podem favorecer o desenvolvimento da aprendizagem e ampliar as possibilidades de participação de estudantes com necessidades educacionais específicas, contribuindo para práticas pedagógicas mais inclusivas (Souza, 2019).

Diante desse cenário, a relação entre inclusão e tecnologia torna-se um ponto importante para pensar os rumos da educação básica na contemporaneidade. Os recursos digitais, quando integrados ao trabalho pedagógico de maneira consciente e planejada, podem ampliar o acesso à informação e incentivar uma participação mais ativa dos estudantes nas atividades escolares. Ao mesmo tempo, permitem maior flexibilidade nas estratégias de ensino, o que pode favorecer diferentes formas de aprendizagem. Assim, mais do que uma tendência tecnológica, o uso dessas ferramentas passa a ser compreendido como parte de um movimento mais amplo de construção de ambientes educativos que reconheçam e valorizem a diversidade presente na escola.

INCLUSÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação inclusiva vem sendo cada vez mais reconhecida como um dos princípios centrais das políticas educacionais atuais. No fundo, a ideia está ligada a algo bastante essencial: garantir que todos os estudantes tenham direito de participar do processo educativo. Isso implica compreender a escola como um espaço que acolhe a diversidade presente na sociedade. Os alunos chegam com histórias distintas, ritmos próprios de aprendizagem, necessidades variadas. Por isso, falar em inclusão não significa apenas garantir matrícula em turmas regulares. O desafio é maior. Envolve criar condições pedagógicas e institucionais que realmente permitam a participação de todos nas experiências de ensino e aprendizagem.

Quando se olha para a educação básica, essa discussão ganha ainda mais peso. É nessa etapa que muitas das bases da formação escolar começam a se consolidar — tanto no campo intelectual quanto nas dimensões sociais e culturais. Garantir inclusão nesse nível significa assegurar que todas as crianças tenham acesso ao conhecimento e às vivências educativas que contribuem para sua formação. Não se trata apenas de estar na escola, mas de participar dela. Nesse processo, reconhecer a diversidade passa a ser parte da própria dinâmica escolar, o que exige práticas pedagógicas sensíveis às singularidades de cada estudante.

Diversos estudos na área educacional têm apontado que a educação inclusiva não se resume a uma mudança pontual de metodologia. Ela envolve, na verdade, uma transformação mais ampla na cultura da escola. Isso afeta a forma como o ensino é organizado, as relações construídas entre professores e alunos e até mesmo a maneira como o cotidiano escolar é pensado. Como afirmam pesquisadores da área, “a Educação Inclusiva pode ser considerada uma nova cultura escolar: uma concepção de escola que visa ao desenvolvimento de respostas educativas que atinjam a todos os alunos” (Gusmão, 2011). Essa compreensão indica que a inclusão ultrapassa o campo das políticas formais e toca diretamente a forma como a escola entende e lida com as diferenças.

Mesmo com avanços importantes nas políticas públicas e no debate acadêmico, a efetivação da inclusão ainda encontra obstáculos no dia a dia das escolas de educação básica. Em muitos contextos, surgem dificuldades relacionadas à formação de professores

para o trabalho com práticas inclusivas, à disponibilidade de materiais pedagógicos adequados e também às próprias condições estruturais das instituições. São fatores que interferem diretamente na participação dos estudantes. Por isso, discutir inclusão escolar também exige olhar para essas condições concretas — aquelas que, na prática, determinam se o direito à educação se realiza ou permanece apenas no plano das intenções.

Ainda com os avanços registrados nas políticas públicas voltadas à educação inclusiva, transformar esse princípio em prática cotidiana nas escolas ainda é um desafio. A inclusão, na realidade escolar, não depende apenas de diretrizes legais ou documentos oficiais. Ela pede mudanças mais profundas. Envolve rever formas de organização do sistema educacional, repensar práticas pedagógicas e também lidar com questões estruturais que atravessam o funcionamento das instituições. Garantir que todos os estudantes participem efetivamente do processo educativo exige condições concretas — formação docente adequada, recursos pedagógicos acessíveis e uma infraestrutura que dê suporte ao trabalho pedagógico. No entanto, esses elementos ainda aparecem de maneira limitada em muitas escolas da educação básica.

Entre os desafios mais frequentemente apontados está a questão da formação continuada dos professores. No cotidiano das salas de aula, os docentes lidam com uma diversidade cada vez maior de experiências, ritmos e necessidades educacionais. Nem sempre, porém, tiveram oportunidade de se preparar para isso durante sua formação inicial. Muitos relatam dificuldades em desenvolver estratégias pedagógicas que atendam a essa pluralidade de estudantes. Por essa razão, investir na formação docente torna-se algo central. Mais do que oferecer cursos pontuais, trata-se de criar processos formativos que permitam aos professores compreender os princípios da inclusão e construir caminhos pedagógicos que dialoguem com diferentes formas de aprender.

Outro ponto que interfere diretamente na implementação da inclusão escolar diz respeito aos recursos disponíveis nas instituições. Materiais didáticos acessíveis, tecnologias assistivas e estratégias de ensino diversificadas podem ampliar significativamente as possibilidades de participação dos estudantes no processo de aprendizagem. Quando esses recursos existem e são bem utilizados, ajudam a tornar o ambiente escolar mais aberto às diferenças. O problema é que, em muitos contextos —

especialmente aqueles marcados por desigualdades sociais e territoriais — a presença desses materiais ainda é insuficiente, o que acaba limitando o alcance das propostas inclusivas.

Somam-se a isso as barreiras estruturais que, de diferentes maneiras, atravessam o espaço escolar. Algumas estão relacionadas às condições físicas das instituições, como acessibilidade arquitetônica ou organização dos ambientes de aprendizagem. Outras aparecem no plano das concepções pedagógicas que ainda orientam determinadas práticas escolares. Como destacam pesquisadores da área, “a inclusão escolar implica uma reestruturação das culturas, políticas e práticas nas escolas para que elas possam responder à diversidade dos alunos” (Mendes, 2006). Dessa forma, pensar a inclusão não é tarefa isolada. Trata-se de um movimento coletivo, que envolve professores, gestores, políticas públicas e uma disposição constante para transformar a escola em um espaço mais democrático e acessível.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Nas últimas décadas, as tecnologias digitais passaram a ocupar um espaço cada vez mais visível na vida social. Isso não aconteceu apenas em áreas como comunicação ou entretenimento; a educação também foi atravessada por essas transformações. Com a expansão da internet e o desenvolvimento de diferentes recursos digitais, as formas de acessar informação, produzir conhecimento e interagir com o mundo foram se modificando. No cotidiano da educação básica, essas mudanças começaram a aparecer pouco a pouco, influenciando o modo como professores organizam suas aulas e como os estudantes entram em contato com os conteúdos escolares.

O crescimento do uso dessas tecnologias nas escolas está ligado a vários fatores. Por um lado, há as próprias mudanças sociais, que tornaram o digital parte da rotina de grande parte da população. Por outro, políticas educacionais passaram a incentivar a ampliação do acesso às tecnologias da informação e comunicação dentro das instituições de ensino. Assim, computadores, celulares, plataformas educacionais e ambientes virtuais de aprendizagem começaram a fazer parte do cenário escolar. Esses recursos ampliam as possibilidades de interação entre professores e estudantes e permitem que diferentes

linguagens — vídeos, imagens, textos interativos — sejam incorporadas ao processo de ensino.

Nesse contexto, diversos estudos no campo da educação têm discutido o papel dessas tecnologias no processo pedagógico. A presença de recursos digitais pode contribuir para diversificar estratégias de ensino e abrir novas possibilidades de aprendizagem. Moran, Masetto e Behrens (2013) destacam que a integração das tecnologias no contexto educacional pode favorecer práticas mais dinâmicas e participativas, desde que seu uso esteja articulado ao planejamento pedagógico e não se restrinja a uma aplicação meramente técnica. Dessa forma, a tecnologia deixa de ser apenas uma ferramenta e passa a compor um conjunto mais amplo de estratégias voltadas ao desenvolvimento do processo educativo.

Além disso, o uso das tecnologias digitais no ambiente escolar pode ampliar o acesso ao conhecimento e incentivar novas formas de participação dos estudantes nas atividades propostas. Quando incorporadas de maneira planejada, essas ferramentas permitem trabalhar os conteúdos de formas variadas, o que pode favorecer a interação, a colaboração entre os alunos e a construção coletiva do conhecimento. Por isso, refletir sobre o papel das tecnologias digitais na educação básica torna-se cada vez mais necessário, sobretudo para compreender tanto suas possibilidades quanto os desafios que acompanham sua presença nas práticas pedagógicas contemporâneas.

As ferramentas digitais vêm ampliando, de diferentes maneiras, as possibilidades dentro do processo de ensino e aprendizagem. No ambiente educacional, recursos como vídeos, plataformas virtuais, jogos pedagógicos, aplicativos e ambientes interativos acabam oferecendo novas formas de acesso aos conteúdos escolares. Isso faz diferença na maneira como o conhecimento chega até os estudantes. Muitas vezes, o conteúdo deixa de aparecer apenas no formato tradicional e passa a ser apresentado por meio de imagens, animações, simulações ou atividades interativas. Com isso, as práticas pedagógicas podem se tornar mais variadas e, em certa medida, mais próximas das linguagens que fazem parte do cotidiano dos alunos.

Outro ponto importante é que as tecnologias digitais também modificam as formas de interação dentro do espaço escolar. Quando esses recursos entram na dinâmica das aulas, professores e estudantes passam a construir outras possibilidades de participação

no processo de aprendizagem. Ideias circulam mais, atividades podem ser realizadas de forma colaborativa e o compartilhamento de conhecimentos tende a ganhar novos caminhos. Nesse movimento, o estudante deixa de ocupar apenas uma posição mais passiva e passa a se envolver de maneira mais ativa nas atividades propostas. Essa mudança, embora não aconteça automaticamente, pode fortalecer o vínculo dos alunos com o próprio processo educativo.

Nessa perspectiva, Costa, Duqueviz e Pedroza (2015) discutem que as tecnologias digitais da informação e comunicação podem atuar como instrumentos mediadores da aprendizagem, especialmente em um contexto social marcado por novas formas de interação e produção de conhecimento. Essa reflexão ajuda a perceber que o uso pedagógico das ferramentas digitais não se resume ao aspecto técnico. Na verdade, quando incorporadas ao planejamento das atividades escolares, essas tecnologias podem contribuir para reorganizar práticas educativas, ampliar as possibilidades de comunicação em sala de aula e favorecer percursos de aprendizagem mais interativos.

Assim, quando são utilizadas de maneira planejada e articuladas aos objetivos pedagógicos, as ferramentas digitais podem ampliar o acesso ao conhecimento e enriquecer as experiências de aprendizagem na educação básica. Seu potencial não está apenas na quantidade de conteúdos disponíveis, mas também na possibilidade de diversificar metodologias e estimular a participação dos estudantes. Em muitos casos, essas tecnologias ajudam a criar ambientes de aprendizagem mais abertos ao diálogo, à colaboração e à construção compartilhada do conhecimento, aspectos que têm se mostrado cada vez mais relevantes no contexto das práticas educativas atuais.

No cotidiano da educação básica, diferentes recursos tecnológicos vêm sendo incorporados às práticas de ensino. Plataformas digitais, aplicativos educativos, vídeos didáticos, jogos pedagógicos e outros materiais multimídia aparecem cada vez mais no ambiente escolar. Esses instrumentos acabam oferecendo novas maneiras de trabalhar os conteúdos, muitas vezes de forma mais interativa e diversificada. Em vez de depender apenas de um único formato de explicação, o professor pode recorrer a diferentes linguagens, o que tende a aumentar o envolvimento dos estudantes e abrir outras possibilidades de exploração dos temas discutidos em sala.

Entre esses recursos, as plataformas digitais de aprendizagem ganharam bastante espaço. Por meio delas, professores conseguem organizar conteúdos, disponibilizar atividades e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo do processo. Ambientes virtuais de aprendizagem e sistemas educacionais online permitem que os alunos tenham acesso a materiais didáticos, participem de discussões e realizem tarefas mesmo fora do tempo tradicional da aula. Esse tipo de ferramenta amplia o acesso à informação e cria novas formas de interação entre professores e estudantes, o que pode contribuir para tornar o processo educativo mais contínuo e flexível.

Além dessas plataformas, aplicativos educativos e recursos multimídia também passaram a fazer parte do cotidiano de muitas práticas pedagógicas. Vídeos explicativos, animações, infográficos interativos e jogos digitais, por exemplo, podem facilitar a compreensão de determinados conteúdos e estimular a participação dos alunos nas atividades escolares. De acordo com Costa, Duqueviz e Pedroza (2015), as tecnologias digitais podem atuar como instrumentos mediadores da aprendizagem, permitindo novas formas de interação com o conhecimento e favorecendo experiências educativas mais dinâmicas e participativas.

Nesse sentido, o uso de diferentes recursos tecnológicos acaba ampliando o repertório de estratégias pedagógicas disponíveis para os professores. Quando esses recursos são integrados ao planejamento das aulas, tornam possível diversificar metodologias e incentivar uma participação mais ativa dos estudantes no processo educativo. Assim, plataformas digitais, aplicativos educativos e materiais multimídia podem funcionar como apoio importante para a construção de práticas pedagógicas mais interativas e mais conectadas com as demandas que atravessam a educação.

CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

As tecnologias digitais passaram a ser cada vez mais associadas às discussões sobre inclusão no campo educacional, especialmente na educação básica. Isso ocorre porque esses recursos ampliam as formas de acesso à informação e ao conhecimento, o que pode favorecer a participação de um número maior de estudantes nas atividades

escolares. Quando diferentes ferramentas digitais entram no processo pedagógico, os conteúdos deixam de aparecer apenas em um único formato. Eles podem ser apresentados por meio de textos, imagens, vídeos, animações ou outros recursos visuais e interativos. Essa diversidade de linguagens tende a beneficiar estudantes que aprendem de maneiras distintas ou que possuem ritmos próprios de aprendizagem.

O uso pedagógico das tecnologias digitais também pode ajudar a reduzir algumas barreiras que, historicamente, dificultaram a participação plena de certos estudantes no ambiente escolar. Ferramentas como leitores de tela, softwares educativos, plataformas digitais acessíveis e materiais multimídia permitem adaptar conteúdos e atividades, tornando-os mais acessíveis a diferentes públicos. Assim, a tecnologia passa a funcionar como uma espécie de mediação entre o estudante e o conhecimento. Ela não substitui o trabalho pedagógico, mas amplia as possibilidades de interação com os conteúdos e com as atividades propostas em sala de aula.

Diversos estudos na área da educação têm apontado que o contato com recursos tecnológicos também pode influenciar o nível de participação dos estudantes no processo de aprendizagem. Em muitas situações, a interação com essas ferramentas estimula maior curiosidade, experimentação e envolvimento nas atividades escolares. Lopes (2014), por exemplo, destaca que, em ambientes educativos onde há interação com tecnologias digitais, os estudantes tendem a demonstrar uma participação mais ativa, criativa e engajada nas experiências de aprendizagem.

Quando integradas de maneira consciente ao planejamento pedagógico, as tecnologias digitais podem contribuir para a construção de ambientes educacionais mais abertos à participação e à diversidade. Seu potencial não se limita à oferta de conteúdos, mas também se relaciona com a possibilidade de ampliar oportunidades de aprendizagem para estudantes com diferentes características e necessidades. Nesse sentido, as tecnologias digitais podem assumir um papel relevante no fortalecimento de práticas educativas que buscam promover a inclusão no contexto da educação básica.

O uso das tecnologias digitais na educação tem sido frequentemente apontado como um caminho capaz de diminuir algumas barreiras de acesso à informação e ampliar as possibilidades de aprendizagem dentro da escola. No cotidiano escolar, essas ferramentas permitem que os conteúdos sejam apresentados em diferentes formatos —

vídeos, áudios, imagens, textos interativos e outros recursos multimídia. Essa variedade de linguagens acaba favorecendo estudantes que aprendem de maneiras diferentes ou que seguem ritmos próprios de aprendizagem. Em muitos casos, isso torna o processo educativo mais flexível, permitindo adaptações que atendem melhor às necessidades dos alunos.

Nesse cenário, as tecnologias digitais também podem apoiar práticas pedagógicas mais sensíveis à diversidade presente nas salas de aula. Quando o professor dispõe de diferentes formas de apresentar um mesmo conteúdo, abre-se espaço para que os estudantes se relacionem com o conhecimento de maneiras variadas. Alguns aprendem melhor ouvindo, outros visualizando, outros ainda explorando recursos interativos. Essa multiplicidade de caminhos pode ampliar as oportunidades de participação nas atividades escolares e contribuir não apenas para a compreensão dos conteúdos, mas também para o desenvolvimento de maior autonomia no uso da informação.

Diversos estudos no campo educacional têm discutido a relação entre tecnologias digitais, tecnologias assistivas e inclusão. Conte e Basegio (2017), por exemplo, destacam que esses recursos podem desempenhar um papel importante na ampliação do acesso ao conhecimento e na construção de práticas educativas mais inclusivas. Para os autores, as tecnologias assistivas e digitais podem contribuir para superar barreiras educacionais ao oferecer recursos que favoreçam a participação e a aprendizagem de estudantes com diferentes necessidades, ampliando assim as condições de acessibilidade e promovendo maior autonomia no processo educativo.

Diante disso, integrar tecnologias digitais às práticas pedagógicas pode representar um passo importante na construção de ambientes educacionais mais acessíveis. Quando esses recursos são utilizados de maneira planejada e articulados aos objetivos do ensino, tornam possível apoiar diferentes formas de aprendizagem e ampliar o acesso à informação dentro da escola. Nesse sentido, o uso crítico e pedagógico das tecnologias digitais aparece como um caminho relevante para fortalecer práticas inclusivas no contexto da educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a inclusão na educação básica significa, antes de tudo, reconhecer que a escola deve ser um espaço capaz de acolher todos os estudantes. Trata-se de um princípio ligado diretamente ao direito de acesso, participação e aprendizagem. Quando a diversidade presente no ambiente escolar é considerada parte do próprio processo educativo, a educação inclusiva passa a buscar condições reais para que cada estudante se desenvolva, respeitando suas diferenças e necessidades. Assim, promover inclusão não se resume a garantir matrícula. É preciso criar caminhos pedagógicos que possibilitem participação efetiva nas experiências de aprendizagem que acontecem dentro da escola.

Ao longo das discussões apresentadas neste estudo, observou-se que as tecnologias digitais podem contribuir para fortalecer práticas pedagógicas mais inclusivas. Esses recursos ampliam as formas de acesso à informação, permitem diversificar estratégias de ensino e também favorecem a interação entre professores e estudantes. Quando aparecem integrados ao planejamento das aulas, vídeos, plataformas digitais, aplicativos e outros recursos tecnológicos podem tornar o processo educativo mais dinâmico e, em muitos casos, mais acessível às diferentes maneiras de aprender que convivem na sala de aula.

No entanto, é importante reconhecer que a presença da tecnologia, por si só, não garante inclusão. Ter equipamentos ou acesso à internet não resolve automaticamente os desafios educacionais. Para que essas ferramentas realmente contribuam com o processo de ensino e aprendizagem, seu uso precisa estar articulado a práticas pedagógicas pensadas com intencionalidade. Isso envolve planejamento, objetivos educacionais claros e uma compreensão crítica de como esses recursos podem apoiar as necessidades dos estudantes.

Nesse sentido, dois aspectos se mostram especialmente relevantes: a formação docente e as condições de acesso às tecnologias nas escolas. Professores que se sentem preparados para utilizar esses recursos tendem a explorar melhor suas possibilidades pedagógicas. Ao mesmo tempo, ampliar o acesso a equipamentos e infraestrutura tecnológica também é parte desse processo. Quando esses elementos caminham juntos, torna-se mais viável construir práticas educativas que dialoguem com a diversidade presente nas escolas. Assim, a aproximação entre inclusão, educação básica e tecnologias

digitais pode contribuir para ambientes educacionais mais democráticos, participativos e comprometidos com o direito à educação para todos.

REFERÊNCIAS

- CONTE, Elaine; OURIQUE, Maiane Liana Hatschbach; BASEGIO, Antonio Carlos. Tecnologia assistiva, direitos humanos e educação inclusiva: uma nova sensibilidade. **Educação em Revista**, v. 33, p. e163600, 2017.
- COSTA, Sandra Regina Santana; DUQUEVIZ, Barbara Cristina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, p. 603-610, 2015.
- COSTA, Sandra Regina Santana; DUQUEVIZ, Barbara Cristina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, p. 603-610, 2015.
- GUSMÃO, Fábio Alexandre Ferreira; MARTINS, Tânia Gonçalves; DE LUNA, Sérgio Vasconcellos. Inclusão escolar como uma prática cultural: uma análise baseada no conceito de metacontingência. **Psicologia da Educação**, n. 32, 2011.
- LOPES, Priscila Malaquias Alves et al. O uso das tecnologias digitais em educação: seguindo um fenômeno em construção. **Psicologia da educação**, n. 38, p. 49-61, 2014.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista brasileira de educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.
- MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Papyrus Editora, 2000.
- SOUZA, Andiara Cristina de; SILVA, Guilherme Henrique Gomes da. Incluir não é apenas socializar: As contribuições das tecnologias digitais educacionais para a aprendizagem matemática de estudantes com transtorno do espectro autista. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 33, n. 65, p. 1305-1330, 2019.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: março de 2026.